



Bolsas
Na sexta-feira

1,51%

São Paulo

2,73%

Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

110.070

7/6

105.481

10/6

Salário mínimo

R\$ 1.212

Dólar
Últimas cotações (em R\$)

Na sexta-feira

R\$ 4,988

(+1,49%)

6/junho

4,796

7/junho

4,874

8/junho

4,890

9/junho

4,915

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,249

Capital de giro
Na sexta-feira

6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,08%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2022

0,54

Fevereiro/2022

1,01

Março/2022

1,62

Abril/2022

1,06

Maió/2022

0,47

CONJUNTURA

Renda diminui e desigualdade cresce

Rendimento médio das famílias recuou 6,9% no ano passado, mostra IBGE. Queda foi maior nas regiões Norte e Nordeste

» ROSANA HESSEL

O brasileiro voltou a conviver com um cenário nada animador diante da disparada da inflação: a renda dos trabalhadores não para de encolher, e a desigualdade voltou a aumentar, depois de um aparente alívio em 2020. É o que mostram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem. Eles apontam para uma queda de 6,9% no rendimento médio real domiciliar per capita em 2021, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 1.454 para R\$ 1.353 mensais. É o menor valor da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

A massa do rendimento mensal real domiciliar per capita encolheu 6,2% na comparação com 2020, chegando a R\$ 287,7 bilhões em 2021, o segundo menor valor desde 2012 (R\$ 279,9 bilhões). As regiões Norte e Nordeste, que possuem os menores rendimentos, registraram as maiores perdas, de 12,5% e 9,8%, respectivamente, para R\$ 871 e R\$ 843 mensais. Já o Sul e o Sudeste mantiveram-se com os maiores rendimentos, de R\$ 1.656 e de R\$ 1.645, respectivamente, de acordo com o IBGE.

“A maioria das rendas perdeu valor, mas os mais afetados foram os que ganhavam menos e tiveram uma melhora de renda fictícia durante a pandemia. E essa perda de renda fez com que a desigualdade aumentasse,

principalmente, entre os mais pobres”, destacou Alesssandra Scalioni, analista do IBGE.

Após a queda em 2020, a desigualdade voltou a aumentar em 2021 e o Índice Gini do rendimento mensal real domiciliar per capita passou de 0,524 para 0,544 — mesmo patamar de 2019 e acima dos 0,540 de 2012 —, segundo os dados da pesquisa.

O Índice Gini é o termômetro da desigualdade. Quanto mais perto de 1, maior é o desequilíbrio social e econômico de um país. O consenso entre analistas é de que 2020 foi um ponto fora da curva devido ao auxílio emergencial, que acabou ajudando a melhorar o rendimento médio da população. Com o fim do programa, que chegou a pagar até R\$ 1,2 mil para as famílias mais vulneráveis, o retrocesso na qualidade de vida ficou evidente, principalmente, com a volta da inflação de dois dígitos desde setembro de 2021. E, daqui para frente, as perspectivas não são muito animadoras.

“De uma maneira geral, após a injeção massiva de recursos durante a pandemia, estamos vendo o fim da anestesia via auxílio emergencial. E esse efeito na renda média fala por si, porque 2020 foi um ano excepcionalmente bom por causa do auxílio generoso, que não durou em 2021. E a redução do benefício, em termos de quantidade e de valores, explica a queda da renda e o aumento da desigualdade em 2021”, destacou o economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social).

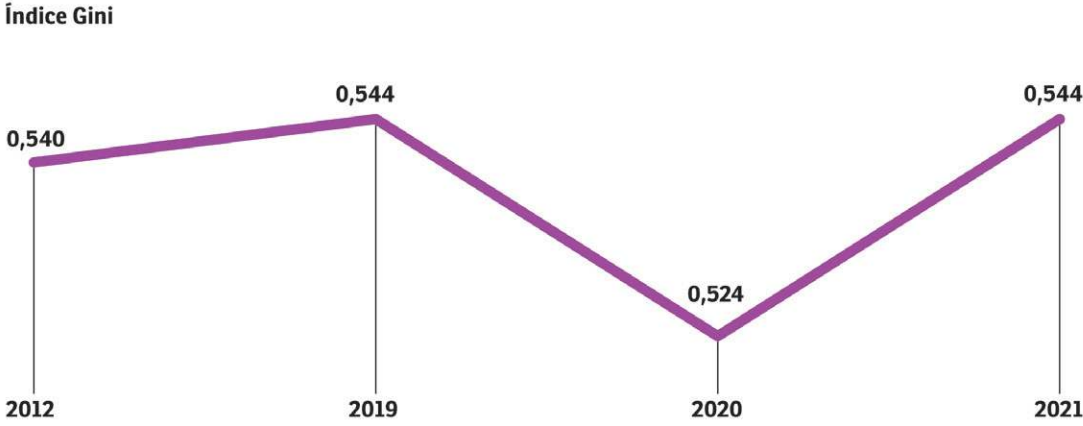
Retrocesso

Em 2021, a renda média domiciliar dos brasileiros encolheu 6,9%, para R\$ 1.353 mensais, o menor patamar da série histórica, iniciada em 2012, mas os mais pobres foram os mais afetados

Rendimento médio mensal domiciliar per capita por renda — Em R\$

	Até 5%	De 5% a 10%	Mais de 50% até 60%	Mais de 95% até 99%	Mais de 99% até 100%
2012	75	198	953	6.250	17.128
2020	59	217	1.018	6.457	17.033
2021	39	148	926	6.237	15.940
Variação 2012-2021	-33,9%	-31,8%	-9,0%	-3,4%	-6,4%
Variação 2020-2021	-48,0%	-25,3%	-2,8%	-4,3%	-6,9%

Desigualdade aumenta



Pelas projeções de Neri, a tendência em 2022 é de piora nos dados em relação ao ano passado, porque a inflação está mais elevada e, apesar dos recentes aumentos dos empregos formais e informais, há uma precarização do mercado de trabalho e, consequentemente, redução das remunerações. “Embora a comemoração do aumento da

ocupação no mercado de trabalho seja justa, há outros fatores como inflação e perda de renda que devem predominar daqui para frente. O Banco Central, se seguir o manual, vai continuar subindo os juros diante da inflação, que continua elevada. E isso vai impactar negativamente em três pontos: no crescimento, na desigualdade e na

instabilidade”, alertou.

Na avaliação do economista Sérgio Firpo, professor do Insper, os dados do IBGE mostram um retrocesso generalizado, devido à falta de políticas públicas para minimizar o problema da desigualdade no país. “O mercado de trabalho tem um número absurdo de MEIs (microempreendedores individuais) trabalhando

por conta própria que não têm o mesmo rendimento garantido do emprego formal, que paga um salário mínimo, pelo menos.”, lamentou. “Não existe uma política voltada para a qualificação e não vemos nenhum dos pré-candidatos às eleições com uma plataforma. Parece que todos têm medo de falar sobre o assunto”, acrescentou.

Comércio avança, mas perde ritmo em abril

O volume de vendas do varejo brasileiro cresceu 0,9% em abril, após alta de 1,4% no mês anterior, conforme dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o quarto aumento consecutivo do indicador, mas o ritmo de expansão do setor vem desacelerando. Em janeiro, por exemplo, as vendas do setor haviam crescido 2,4%.

Os dados do IBGE mostram desempenho desigual nas atividades pesquisadas, com meta-de das oito categorias apresentando queda na comparação mensal. Tiveram desempenho positivo os segmentos de móveis e eletrodomésticos, com alta de 2,3%; tecidos, vestuário e calçados (1,7%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,4%); e outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,1%).

Diante da escalada da inflação que se mantém em dois dígitos desde setembro de 2021, corroendo o poder de compra da população, as vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registram queda de 1,1%. O segmento de combustíveis e

lubrificantes recuou 0,1%. Enquanto isso, o comércio de livros, jornais, revistas e papelaria encolheu 5,6%. O setor de vendas de equipamentos e material para escritório, informática e comunicação desabou 6,7%.

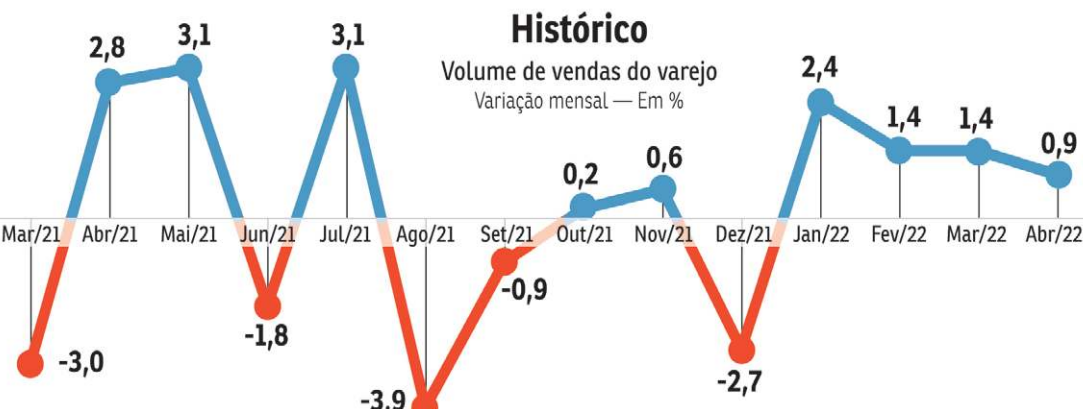
Itens essenciais

Na média, o comércio varejista ficou 4% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, mas essa recuperação é bastante desigual, lembrou Fabio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). “Apenas quatro entre 10 segmentos apresentaram dados acima do patamar pré-pandemia. No caso de hipermercados e supermercados, que estão relacionados aos itens essenciais, a variação é muito pequena, de 1,4%, e não podemos comemorar uma recuperação completa do patamar de antes da pandemia”, alertou.

Os segmentos de farmácias, perfumarias e de materiais de construção são os que estão melhor posicionados, pois registraram desempenho 17,7% e 9,1%, respectivamente, acima do patamar pré-pandemia. O setor de

Pé no freio

Volume de vendas no comércio avança 0,9% em abril, quarta alta consecutiva, mas está perdendo o ritmo diante da disparada dos preços



Retomada desigual

Apesar de o comércio brasileiro estar 4% acima do patamar pré-pandemia, a recuperação ainda não ocorreu em vários ramos de atividade

Volume de vendas em relação a fevereiro de 2020 por área — Em %

Fontes: IBGE e CNC



artigos de uso pessoal e doméstico apresentou vendas 7,3% superiores ao patamar de fevereiro de 2020. Já os segmentos de combustíveis e lubrificantes; comércio automotivo; tecidos, vestuário e calçados; móveis e

eletrodomésticos; informática e comunicação e livrarias e papelerias não recuperaram os níveis pré-pandemia.

Na avaliação de Bentes, a inflação elevada e os juros em alta jogam contra o aumento

do consumo daqui para frente, mas o que deverá continuar ajudando o comércio a crescer nesta primeira metade de 2022 são as liberações de recursos como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a

antecipação do 13º salário dos aposentados.

“O cenário atual não é favorável para a ampliação de vendas. A inflação está em alta, os juros estão subindo e o mercado está evoluindo de forma lenta. Os quatro meses de alta no volume de vendas, foram uma surpresa, mas sabemos que, no segundo semestre, não haverá muitos estímulos para o consumo”, alertou Bentes. Em referência ao impacto previsto da política monetária na economia, ele lembrou que os efeitos das altas da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 12,75% ao ano, são esperados na segunda metade de 2022. (RH)



De uma maneira geral, após a injeção massiva de recursos durante a pandemia, estamos vendo o fim da anestesia via auxílio emergencial”

Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas



O cenário atual não é favorável para a ampliação de vendas. A inflação está em alta, os juros estão subindo e o mercado está evoluindo de forma lenta”

Fabio Bentes, economista sênior da CNC